

41º ENCONTRO ANUAL
23 A 27 DE OUTUBRO DE 2017
HOTEL GLÓRIA | CAXAMBU-MG

ANPOCS



41º Encontro Anual da ANPOCS
Caxambu, MG

GT 17 – Mídias, Políticas e Eleições

Um estudo comparativo entre as agendas políticas dos jornais *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo* nas seções opinativa e informativa

Francisco Paulo Jamil Marques

Doutor em Comunicação e Cultura Contemporâneas (UFBA). Professor da UFPR
marquesjamil@gmail.com

Edna Miola

Doutora em Comunicação Social (UFMG). Professora da UTFPR
ednamiola@gmail.com

Isabele Mitozo

Doutoranda em Ciência Política (UFPR). Bolsista Capes
ibmitozo@gmail.com

Camila Mont'Alverne

Doutoranda em Ciência Política (UFPR). Bolsista Capes
camilapessoa31@gmail.com



Um estudo comparativo entre as agendas políticas dos jornais *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo* nas seções opinativa e informativa¹

Francisco Paulo Jamil Marques
Edna Miola
Isabele Mitozo
Camila Mont'Alverne

RESUMO: A literatura sobre *agenda-setting* atribui aos *media* a capacidade não somente de oferecer à audiência uma pauta comum de assuntos públicos, mas, também, de sinalizar o grau de prioridade que é conferido aos temas. Observe-se, contudo, que versões mais sofisticadas da compreensão sobre as rotinas de produção jornalística indicam os critérios que levam profissionais a privilegiarem determinados tipos de acontecimentos. Nesse sentido, a pesquisa examina se, e em que medida, há sintonia entre as agendas das seções noticiosa e opinativa de dois jornais brasileiros: *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo*. O *corpus* é composto por 336 textos, sendo eles a reportagem de capa e o principal editorial de cada periódico por dia da amostra (que considera meses alternados de 2015 e 2016). O estudo das peças se deu por meio de Análise de Conteúdo e de estratégias quantitativas, a exemplo da apresentação de frequências e de análise de correspondência. Dentre os resultados, percebe-se, para OESP, uma maior saliência de temas políticos em relação a outros assuntos, além de uma agenda interna tematicamente mais convergente. Já FSP apresenta cobertura editorial e noticiosa com maior grau de variedade interna se comparada ao jornal concorrente.

Palavras-chave: Jornalismo Político; *Agenda-setting*; Notícia; Editorial.

INTRODUÇÃO

O artigo parte de revisão da literatura nacional e internacional sobre a ideia de *agenda-setting* (MAIA; AGNEZ, 2010; CERVI; MASSUCHIN; TAVARES, 2012; MCCOMBS; SHAW, 1972; SHAW, 1979; WEAVER, 2015; REESE, 1991; SCHEUFELE, 2000; SHEHATA; STRÖMBÄCK, 2013) com o objetivo de examinar empiricamente se, e em que medida, existe sintonia entre as agendas das seções noticiosa e opinativa de dois jornais brasileiros, a saber, a *Folha de S. Paulo* (FSP) e *O Estado de S. Paulo* (OESP). Mais especificamente, a pesquisa se dedica a investigar que paralelos (ou sintonias), do ponto de vista temático (tanto internamente aos jornais, quanto comparativamente entre eles), podem ser verificados a partir do estudo da agenda do

¹ Pesquisa financiada pelo CNPq (Edital Ciências Humanas, Sociais e Sociais Aplicadas 2015 – processo 444493/2015-8) e pela CAPES (Auxílio de Pesquisa/Prêmio CAPES de Tese 2013).



principal editorial e da principal reportagem correspondente à manchete de capa dos referidos periódicos.

Entendendo que uma agenda é um conjunto de temas organizados hierarquicamente, em ordem de importância, e que a saliência de um tema pode ser identificada na sua presença e recorrência em seções privilegiadas dos jornais, as perguntas de partida da proposta ora apresentada – que visa enfatizar a cobertura sobre política – são: em que medida o estudo comparado entre a agenda temática de editoriais, de um lado, e de reportagens de capa, de outro, permite diagnosticar diferenças quando os dois jornais abordam temas políticos? Quais são os temas políticos mais recorrentemente agendados, tanto no espaço opinativo quanto na seção noticiosa de FSP e OESP? É possível apontar padrões de agenda jornalística quanto às políticas noticiosa e opinativa em cada uma das publicações? De que maneira a sintonia ou a divergência entre as agendas permite compreender o papel dos jornais enquanto atores políticos?

O que se procura investigar, em suma, é se, e de que modo, as questões políticas consideradas prioritárias na cobertura informativa também estão presentes em espaços opinativos, privilegiando-se a comparação entre reportagens de capa, de um lado (já que tais espaços abrigam os assuntos mais relevantes de cada edição diária (FONTCUBERTA, 1993; GOMIS, 1991), e os editoriais, de outro (textos nos quais a empresa expressa seus posicionamentos (BELTRÃO, 1980; HALLOCK, 2007; MELO, 1985; MORAES, 2007). Acredita-se que, ao pesquisar as ênfases que cada jornal confere às seções noticiosa e opinativa, será possível, em um segundo momento, compreender em que medida as empresas jornalísticas se revelam agentes dotados de interesses próprios – atuando, inclusive, como interessados no jogo político ao dar destaque a determinados temas.

A pertinência desses questionamentos reside na constatação de que muitas pesquisas têm como premissa (e não como conclusão) a ideia de que os *media* agem na condição de protagonistas do jogo político – havendo situações em que diagnosticam claras tendências partidárias (VAN DIJK, 2017). Ainda que não se descarte tal possibilidade, pretende-se oferecer insumos empíricos mais aptos a testar o papel do Jornalismo enquanto instituição interessada no jogo político, na esteira do que argumenta Hartley:



Mais frequentemente presumido do que testado (ou seja, uma narrativa, não ciência), os efeitos negativos da mídia alcançaram o status de mito nacional no país que produziu tanto o verdadeiro William Randolph Hearst (“Você fornece as imagens, eu forneço a guerra”: 1897) quanto sua apoteose fictícia (As pessoas pensarão... o que eu lhes disser para pensar”: 1941)² (HARTLEY, 2015, p. 852).

Em outras palavras, a partir da provocação de Hartley sobre os presumidos efeitos negativos dos *media*, considera-se que o possível partidarismo da imprensa brasileira não costuma ser testado sistematicamente, de forma que dificilmente se reúnem evidências empíricas que sustentem essa premissa.

O trabalho se divide em cinco seções. A primeira delas visa discutir teoricamente a interface entre agenda jornalística e questões clássicas nos estudos de Jornalismo, como a separação entre notícia e opinião ou a ideia de objetividade. Em um segundo momento, são apresentadas as estratégias metodológicas adotadas, bem como as hipóteses que guiam a investigação. A análise é realizada na terceira seção, que é seguida de um quarto tópico no qual é estabelecida a discussão dos resultados. Por fim, o texto é encerrado com considerações que poderão guiar, a partir dos resultados aqui apresentados, novas investigações.

1 REVISÃO DE LITERATURA

Notícia, opinião e a questão da objetividade no Jornalismo Político

Não obstante ainda sejam tomadas como princípios fundamentais da atividade jornalística (BUCCI, 2000), boa parte da literatura já admite que as ideias de objetividade – definida por Jobim (1992, p. 37) como o ofício de repassar ao leitor “noções corretas, não deformadas, sobre os acontecimentos” – e de imparcialidade se mostram ideais normativos, isto é, servem como bússola, mas são parâmetros impossíveis de serem alcançados (BARROS FILHO, 1995). De acordo com Clóvis Rossi:

A evidência de que a objetividade é impossível acabou por transferi-la a todas as páginas dos jornais. Afinal, entre o *fato* e a *versão* que dele publica qualquer veículo de comunicação de massa há a mediação de um jornalista (não raro, de vários jornalistas), que carrega consigo toda uma formação cultural, todo um background pessoal, eventualmente opiniões muito firmes a respeito do

² Todas as traduções de trechos cujos originais foram publicados em língua estrangeira são de responsabilidade dos autores deste artigo.



próprio fato que está testemunhando, o que leva a ver o fato de maneira distinta de outro companheiro com formação, background e opiniões diversas. (2000, p. 10, *itálico no original*)

O debate contemporâneo sobre objetividade jornalística já reconhece, assim, que o material publicado pelas empresas do campo é heterogêneo e que está sujeito a regras e expectativas distintas. Trabalhos como os de Tuchman (1972, 1973) apontam para a impossibilidade de um Jornalismo que reflita fielmente a realidade, servindo de fundamento para a inauguração de uma vertente chamada, nos estudos sobre a temática, de “construcionista” (GADINI, 2007; SCHLESINGER, 1999; TRAQUINA, 2005).

A projeção do paradigma construcionista no campo do Jornalismo, todavia, não implica assumir um relativismo absoluto (como se a objetividade não importasse, já que seria impossível alcançá-la). Em outras palavras, tal compreensão sobre objetividade e imparcialidade não necessariamente desabona o papel das regras e rotinas a partir das quais os textos jornalísticos são elaborados. É nesse cenário que se reforça o papel dos critérios de noticiabilidade, uma vez que, ao sugerirem elementos que levam profissionais e empresas do campo a priorizarem temáticas e agentes específicos, bem como a seguirem certos ritos na produção da informação, colaboram na construção de uma arquitetura argumentativa que justifique – com base em pressupostos pretensamente objetivos – os privilégios que o Jornalismo concede a certas agendas e enquadramentos (CERVI, 2006; GALTUNG; RUGE, 1999; HARCUP; O’NEILL, 2010; PRESTON, 2015; WOLF, 2002).

Assim, a noção de objetividade desempenha um papel relevante no esforço de delinear o lugar da opinião e da informação no Jornalismo contemporâneo – por mais que os paradigmas que diferenciem os gêneros tenham recebido críticas de autores como Chaparro (2003). É nesta tensão entre, de um lado, a busca por se manter fiel ao princípio da objetividade e, de outro, a postura das empresas jornalísticas enquanto instituições dotadas de demandas e interesses próprios (ALEXANDER, 1988; COOK, 2005; MARQUES e MIOLA, 2010), que se encaixa a problemática abordada neste artigo. Pretende-se examinar, mais exatamente, em que medida o conteúdo manifesto em textos de destaque dentro dos periódicos, como notícias e editoriais, serve como mote para debater tanto a questão da objetividade no Jornalismo contemporâneo, quanto constitui elemento a apontar a possibilidade de que empresas e profissionais do Jornalismo portem-se na condição de atores políticos. De acordo com Page (1996, p. 21–22):



Os pesquisadores parecem particularmente céticos quanto à ideia de que várias notícias, escritas em diferentes momentos por repórteres diferentes (presumivelmente independentes) e com base em diferentes fontes, poderiam compartilhar uma crença política comum, ou que o “muro de separação” entre os departamentos de notícia e editorial poderia ser violado, de modo que as notícias refletissem as opiniões editoriais. No entanto, há algumas evidências que sugerem que os valores políticos predominantes expressos nas notícias, realmente, por vezes, correspondem aos posicionamentos políticos que são adotados abertamente nos editoriais.

A literatura pertinente aponta, já há algumas décadas, as diferenças estruturais entre editorial e notícia. Enquanto esta última se caracterizaria – em princípio, é bom ressaltar – pela busca do relato fiel dos fatos, utilizando-se para isso de estratégias concernentes à construção da pirâmide invertida, ao “apagamento” da figura do narrador e à sustentação em dados fornecidos por fontes socialmente reconhecidas (MOTTA, 2013; ERBOLATO, 1978), o editorial se distingue por ser um texto institucional e não-assinado (MELO, 1985; SHABIR *et al.*, 2014; GRADIM, 2000), cuja concepção observa os seguintes parâmetros: impessoalidade; institucionalidade; elemento de interação entre a instituição e seus leitores; busca por coerência enunciativa ao longo do tempo; ineditismo (ALVES FILHO, 2006; BELTRÃO, 1980).

Neste sentido, Kerrick, Anderson e Swales (1964) já afirmavam que, por mais que os cursos de Jornalismo ensinem os estudantes a elaborarem tanto materiais noticiosos quanto opinativos, o treinamento relacionado à escrita dos editoriais exige conhecimento não somente dos códigos profissionais, mas, igualmente, das orientações e dos princípios da empresa – justamente por isso, os proprietários dos jornais são tão cautelosos ao confiar a expressão do posicionamento público de suas instituições a um redator (ou grupo de redatores) em especial. Assim, os editoriais representam o posicionamento das empresas acerca de temas diversos de interesse social e, também,

[...] oferecem a chance não apenas de reagir passivamente aos eventos políticos, mas de estabelecer, de forma ativa, uma agenda temática independente. Ao estabelecer uma hierarquia de assuntos políticos, os *media* se tornam atores participantes do processo político. (EILDERS, 1999, p. 303)

Deste modo, caso determinado assunto ainda não tenha sido adequadamente tratado pela seção noticiosa (por não ser considerado pauta “quente” ou por mostrar-se incapaz de preencher os critérios de noticiabilidade), o editorial pode adotar uma postura de vanguarda e provocar uma discussão que se encontra fora do ritmo noticioso



(EILDERS, 1999). É de se esperar, então, que os editoriais enfatizem uma quantidade menor de temas que a seção noticiosa, tanto por conta do espaço, quanto porque os jornais não têm interesse em opinar sobre qualquer assunto.

Jornalismo Político e *Agenda-setting*

Partindo-se da premissa de que uma das funções do Jornalismo é selecionar e hierarquizar o leque de questões oferecidas ao público, sabe-se que “diversos temas e questões competem entre si para obter atenção da opinião pública e só se transformam verdadeiramente em questões públicas quando ganham visibilidade nos meios de comunicação de massa” (AZEVEDO, 2006, p. 98).

Por um lado, os desdobramentos recentes dos estudos sobre *agenda-setting* atribuem aos *media* a capacidade não somente de oferecer à audiência uma pauta compartilhada de assuntos de interesse coletivo, mas, também, sinalizam o grau de importância que eles conferem a determinados temas (BOYDSTUN, 2013; FONTCUBERTA, 1993; GOMIS, 1991; WEAVER; MCCOMBS; SPELLMAN, 2000). Por outro lado, as versões mais sofisticadas das interpretações acerca das rotinas de produção típicas do Jornalismo indicam os critérios que levam editores e profissionais do ramo a privilegiarem um ou outro acontecimento para que ele ocupe, por exemplo, a manchete principal do jornal (GALTUNG; RUGE, 1999; HARCUP; O’NEILL, 2010; PETERSON, 1981; WOLF, 2002).

A análise da agenda e dos processos de agendamento costuma se dar a partir da identificação dos temas e de sua saliência³ – seja na cobertura midiática, seja na agenda pública ou do campo político institucional. Dalton e colegas (1998) e Tedesco (2005) – assim como um dos trabalhos originais da área, aquele de McCombs e Shaw (1972) –, partiram de um contexto eleitoral para avaliar em que medida as agendas pública, midiática e das campanhas presidenciais coincidem. Com interesses de pesquisa semelhantes, Cervi, Massuchin e Tavares (2012) observaram a convergência de agendas entre o Jornalismo, os agentes políticos e o público durante as eleições brasileiras de 2010.

³ Eventualmente também traduzida como “proeminência”, a saliência é assim explicada por McCombs: “Os jornais fornecem uma série de dicas sobre a relevância dos tópicos nas notícias diárias – história principal na primeira página, exibição da primeira página, grandes manchetes etc.” (2002, p. 1)



Um dos mais amplos levantamentos temáticos é realizado por Wu e Guo (2017), que se voltam para investigar o que denominam *network agenda-setting*. Conforme explicam os pesquisadores,

Embora a maioria dos estudos sobre *agenda-setting* tenha se concentrado na transferência da saliência de temas ou atributos *individuais*, o modelo emergente do agendamento em rede (NAS) investiga a *associação* e a *relação* entre os diferentes itens da agenda e mensura como o objeto geral ou a estrutura de atributos apresentados nas notícias influenciam as imagens cognitivas do público (Guo, 2013). Especificamente, o modelo afirma que a forma como a mídia noticiosa associa diferentes agendas afetarà como o público também faz associações dessas agendas (p.2, *itálicos no original*).

Um conjunto de trabalhos mais recentes substitui a hipótese da centralidade da agenda midiática por hipóteses vinculadas à existência de uma influência mútua entre agendas, em uma perspectiva “transacional” (DALTON *et al.*, 1998). Outras investigações atentam para as similaridades de agenda entre diferentes veículos jornalísticos (BECKERS *et al.*, 2017), para a capacidade dos *media* em influenciar a agenda de elites políticas (SEVENANS; WALGRAVE; EPPING, 2016; VAN AELST *et al.*, 2014), ou, ainda, para as possíveis sobreposições das agendas de candidatos a cargos eletivos (TEDESCO, 2005).

Este artigo, em específico, dialoga com esses trabalhos ao tentar comparar as agendas noticiosas e opinativas de dois importantes jornais brasileiros – considerando, como recorte, a principal reportagem de capa e o editorial de maior destaque publicados em determinado período temporal. Uma vez que nem todos os acontecimentos que contemplam os critérios de noticiabilidade são debatidos em editoriais – demonstrando haver uma seleção diferenciada dos tópicos sobre os quais as empresas jornalísticas desejam expressar suas opiniões (ESPINOSA, 2003; GRADIM, 2000; HALLOCK, 2007; MONT’ALVERNE; MARQUES, 2016) –, a ideia é estudar de que forma a convergência ou divergência entre agendas pode revelar a atuação política de tais empresas.

É importante, a essa altura, destacar que, no presente trabalho, não se está tratando de processos de agendamento – e tampouco se pretende verificar as possíveis direções de influência mútua entre diferentes agendas. Os autores citados logo acima contribuem, porém, para a problematização da agenda jornalística no que concerne à construção de representações do campo político uma vez que se reconhece que:



Em muitos casos, a mídia cria o clima que molda a ação política. Isso os torna principais contribuintes para a construção da agenda. O processo vai além da configuração da agenda. A mídia estabelece a agenda pública quando as notícias fixam a atenção em um problema e fazem-no parecer importante para muitas pessoas. A mídia cria a agenda pública quando cria o contexto político que configura a opinião pública (GRABER, 2002, p. 175).

Ressalte-se, todavia, que o fato de conceder manchete a determinado acontecimento não significa que o assunto compõe o leque de temas de interesse particular do periódico. Como já discutido, os critérios de noticiabilidade desempenham função central na definição do conteúdo da seção noticiosa. No caso dos editoriais, devido às próprias características do gênero, tal associação entre a publicação de um texto sobre um determinado assunto e a pertinência deste à agenda de interesses do jornal é mais plausível. Apesar da ressalva, o fato de certas pautas ocuparem espaço de destaque dentro da publicação aponta para a importância atribuída a elas, o que colabora para a conformação das preocupações públicas, independentemente do maior ou menor grau de intencionalidade da empresa jornalística.

2 METODOLOGIA E HIPÓTESES

A fim de atingir o objetivo proposto –examinar empiricamente se, e em que medida, existe sintonia entre as agendas das seções noticiosa e opinativa nos jornais brasileiros –, e com base na literatura pertinente acima endereçada, a seção empírica do artigo visa testar as hipóteses abaixo delineadas:

H1) Existe sintonia entre as agendas das seções noticiosas de FSP e OESP, uma vez que as reportagens correspondentes às manchetes de capa tratam das mesmas temáticas.

H2) Uma vez que cada jornal conta com maior liberdade em seus editoriais para escolher os temas acerca dos quais pretende se posicionar, existe baixa convergência temática entre notícia e editorial de uma mesma publicação;



H3) Verifica-se baixa convergência de agendas quando comparados os editoriais das duas publicações, especialmente quando são confrontados com a convergência da agenda noticiosa de OESP e FSP;

H4) Tanto a FSP quanto OESP conferem maior saliência à agenda de temas políticos em seus editoriais do que em sua seção noticiosa.

Desse modo, serão analisadas peças noticiosas e de opinião dos jornais *Folha de S. Paulo* (FSP) e *O Estado de S. Paulo* (OESP) publicadas entre janeiro de 2015 e dezembro de 2016. Os procedimentos de coleta foram orientados por amostragem sistemática, ou seja, o recorte foi obtido a partir da coleta de uma semana (contada a partir da primeira segunda-feira) de cada mês, intercaladas entre os dois anos acima apontados. Assim, totalizando 12 semanas distribuídas ao longo de dois anos, a amostra abrange os seguintes intervalos: de 05 a 11/01/2015; 01 a 07/02/2016; 02 a 08/03/2015; 04 a 10/04/2016; 04 a 10/05/2015; 06 a 12/06/2016; 06 a 12/07/2015; 01 a 07/08/2016; 07 a 13/09/2015; 03 a 09/10/2016; 02 a 08/11/2015; 05 a 11/12/2016.

A análise leva em conta a principal reportagem e o principal editorial de cada um dos jornais por dia da amostra, o que implica quatro unidades textuais por dia que, multiplicadas pelo número de dias por semana (7) e de semanas aqui consideradas (12), resultou em um *corpus* empírico de 336 textos (84 notícias e 84 editoriais de cada periódico).

Para aferir a agenda da seção noticiosa, considerou-se o texto completo da matéria principal de capa, sem analisar desdobramentos de tais reportagens; no caso da agenda opinativa, analisaram-se os textos integrais do editorial principal de cada dia. Definidas as peças sob investigação, foram empregados os passos nos procedimentos metodológicos da análise que se apresentam a seguir.

Primeiramente, foi construído um inventário de temas e subtemas presentes nos conteúdos que integraram a amostra, com a intenção de possibilitar uma análise de correspondência entre as agendas de notícias e editoriais. Foram propostas, então, quatro variáveis: (a) Semana; (b) Periódico (FSP ou OESP); (c) Tipo de publicação (notícia ou editorial); (d) Tema abordado em cada texto. Caso o tema fosse ligado à cobertura sobre Política e Estado, classificou-se também o (e) Subtema de cada texto.

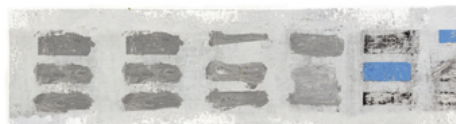


A grade de análise de temas e subtemas foi elaborada de acordo com o seguinte processo:

- 1) Aplicou-se o método dedutivo, tendo-se listado as categorias aplicadas nos trabalhos de McCombs e Shaw (1972), Dalton *et al.* (1998), Tedesco (2005), Cervi e Massuchin (2013), Mont'Alverne e Marques (2016) e Wu e Guo (2017).
- 2) Realizou-se, por método indutivo, uma primeira leitura de parte do *corpus* (64 textos), elencando-se, no percurso, todos os temas e subtemas apreendidos a partir dos editoriais e das notícias. O objetivo de aplicação dos métodos dedutivo e indutivo foi contemplar qualquer tema ou subtema que pudesse ser pertinente ao contexto temporal e espacial analisado na presente pesquisa;
- 3) Uma vez estabelecida a primeira versão da grade analítica, procedeu-se ao teste de confiabilidade com 10,7% do *corpus* (36 textos) – do qual tomaram parte, de forma a promover uma classificação isolada, os quatro autores. O teste de confiabilidade gerou o seguinte resultado: concordância de 92,36% para tema e 84,72% para subtema;
- 4) Por fim, os autores aplicaram, na totalidade do *corpus*, a grade analítica que se apresenta abaixo:

Quadro 1 – Categorias analíticas

TEMA	SUBTEMA
<p>1. Política e Estado: Trabalha-se com uma perspectiva abrangente da concepção de Política. Por isso, compõem esta categoria editoriais e notícias que envolvam instituições do Estado; demandas que devam ser endereçadas ao Estado; regras e legislação; políticas públicas; política econômica; política internacional; jogo político e política partidária. Se há agentes do Estado citados como atores centrais do editorial ou da notícia, o texto é classificado em Política e Estado.</p>	<p>1. Normas Institucionais: Normas e Procedimentos Funcionamento formal das instituições Regras do sistema político Regras do sistema eleitoral</p> <p>2. Jogo Político: Política partidária Negociação e conflito entre os poderes da República Relação de forças partidárias Fisiologismo Governabilidade Crise política</p> <p>3. Eleições: Candidaturas e disputas eleitorais Campanha eleitoral</p>



	<p>Pesquisas de opinião sobre os candidatos</p> <p>4. Política Econômica:</p> <p>Orçamento público Dívida pública Políticas orçamentárias Políticas monetárias Indicadores econômicos (Inflação, taxa de juros, crescimento econômico, PIB, dólar) Crise econômica Reformas econômicas Avaliação e classificação de risco Infraestrutura Burocracia econômica</p> <p>5. Outras Políticas Públicas:</p> <p>Políticas de Saúde Políticas habitacionais Políticas de Educação Políticas de Segurança Pública Políticas de Meio Ambiente Relações raciais/de gênero/minorias</p> <p>6. Avaliação de agentes e instituições da política:</p> <p>Avaliação sobre o desempenho do governo Sondagens de opinião pública Diagnósticos de problemas de gestão Manifestações civis</p> <p>7. Corrupção e Investigações:</p> <p>Desvios de verba Propinas Conduta administrativa criminosa Crimes e contravenções ligados à política e à administração pública</p> <p>8. Política Internacional:</p> <p>Política internacional Relações internacionais brasileiras</p>
<p>2. Economia: Por exclusão, são classificados textos que não se enquadrem como pertinentes às políticas econômicas; em outras palavras, abrange editoriais e notícias que tratem de mercado, investimento, atração de investidores, empresas, mercado internacional e relações comerciais, mas sem mediação direta do Estado.</p>	<p>---</p>
<p>3. Questões Sociais: Trata-se de editoriais e notícias que abordem questões de costume e eventos que não estejam ligados à esfera governamental ou estatal. Matérias sobre questões internacionais (como terrorismo, eventos climáticos/ambientais) também são classificados como questões sociais.</p>	<p>---</p>
<p>4. Outros: Trata-se de editoriais e notícias que</p>	<p>---</p>



abordem Esporte, *fait-divers* e curiosidades, cultura e entretenimento, etc.

Fonte: Elaboração própria.

Como é possível perceber, parte do procedimento para definição das categorias desenvolvidas para o trabalho foi realizada seguindo passos de pré-análise que envolve a Análise de Conteúdo (BARDIN, 1977; CAVALCANTE; CALIXTO; PINHEIRO, 2014; KRIPPENDORFF, 2004; LACY *et al.*, 2015). Esta foi a estratégia metodológica empregada para sistematizar a exploração do *corpus*, observando-se as categorias especificadas acima. Cada texto foi classificado em um tema e em um subtema (esta última classificação vale apenas para materiais identificados como pertencentes ao tema Política e Estado).

Em seguida, o cruzamento dos dados permitiu verificar o volume de informações observadas nas agendas, apresentando-se a frequência temática em cada periódico e de cada seção. Em um segundo momento, testaram-se as hipóteses lançando-se mão de ferramentas quantitativas de análise, tais como cálculo de frequências simples e análise de correspondência – teste que permite verificar geometricamente a proximidade entre pares de categorias em análise, tendo suas dimensões significativas caso o coeficiente de inércia seja superior a 0,20. No caso, consideraram-se cinco dimensões: (a) sintonia interna entre editoriais e reportagens de capa da FSP; (b) sintonia interna entre editoriais e reportagens de capa de OESP; (c) sintonia entre reportagens de capa da FSP e OESP; (d) sintonia entre editoriais da FSP e OESP. De posse dos dados gerais sobre as agendas noticiosa e editorial de cada periódico, foi possível identificar (e) a proeminência do tema Política e Estado no âmbito das duas referidas publicações jornalísticas.

A seção seguinte apresenta a análise dos dados obtidos, conforme detalhado acima.

3 ANÁLISE

Os materiais publicados por FSP e OESP no período em tela apresentaram como tema predominante Política e Estado, que é o foco de 93,2% do total de peças analisadas, conforme a tabela 1.

Tabela1 – Distribuição dos temas nas notícias e editoriais analisados



Tema	Frequência	%	% Acumulado
Política e Estado	313	93,2	93,2
Economia	7	2,1	95,2
Questões Sociais	10	3,0	98,2
Outros	6	1,8	100,0
Total	336	100,0	

Fonte: Elaboração própria

Percebe-se que as outras temáticas são abordadas em menos de 7% das notícias de capa e dos principais editoriais de cada dia sob análise, o que aponta para a clara preferência de FSP e OESP por uma agenda política. Ao dividir os temas por gênero e jornal, tem-se que notícias e editoriais de ambos os periódicos apresentam pelo menos 89% de suas peças abordando Política e Estado. Há pouca diferença quantitativa entre notícias e editoriais de FSP e notícias de OESP em relação a essa temática (75, 78 e 77 textos, respectivamente) e estes textos abordam as outras três categorias em menor ou maior medida. Os editoriais de OESP, por outro lado, se concentram quase completamente em Política e Estado (83 dentre as 84 peças), tendo coberto, portanto, apenas uma vez outra categoria: no caso, “Questões sociais”.

Em um primeiro momento, parece surpreender que os materiais em análise não se voltem para a cobertura do tema Economia, tendo em vista a importância que os periódicos conferem ao assunto (especialmente, no caso de OESP) (ABREU, 2003; AZEVEDO, 2016; PULITI, 2010). Para tanto, fez-se necessário investigar a existência de subtemas possíveis dentro da temática Política e Estado, como se observa nas próximas tabelas, indicando o fato de a questão econômica ser tratada a partir de um viés político.

Abaixo, apresentam-se os índices relativos aos subtemas diagnosticados nas reportagens de capa da *Folha de S. Paulo*.

Tabela 2 – Distribuição dos subtemas políticos nas notícias de FSP

Jornal/Gênero	Frequência	%	% Acumulado	
Notícias FSP	Jogo político	20	26,7	26,7
	Corrupção e investigações	19	25,3	52,0
	Política econômica	14	18,7	70,7
	Outras políticas públicas	7	9,3	80,0



Avaliação de agentes e instituições da política	6	8,0	88,0
Política internacional	5	6,6	94,6
Eleições	2	2,7	97,3
Normas institucionais	2	2,7	100,0
Total	75	100,0	

Fonte: Elaboração própria.

Conforme se pode observar a partir da Tabela 2, 75 das 84 notícias da FSP foram inseridas na temática Política e Estado. Dentre os subtemas, houve concentração quantitativa na cobertura de “Jogo político” (27%), “Corrupção e investigações” (25%) e “Política econômica” (19%) – esta última ênfase ajuda a explicar o fato de a cobertura considerada Economia ter resultado tão baixa. A *Folha*, por outro lado, praticamente não deu visibilidade em reportagens de capa a “Normas institucionais” e “Eleições”.

Os textos noticiosos das capas de OESP (Tabela 3), por sua vez, também se concentraram, sobretudo, na cobertura do “Jogo político” (39%), conferindo pouca atenção a “Eleições” (1%), “Outras políticas públicas” (4%) e “Avaliação de agentes e instituições da política” (4%). A Tabela 3, se confrontada com aquela imediatamente anterior, permite verificar que os dois periódicos examinados priorizam os mesmos subtemas – “Jogo político”, “Corrupção e investigações” e “Política econômica” –, mas o fazem com ênfases variadas, indicando diferenças mesmo entre um produto jornalístico conformado a partir de regras semelhantes.

Tabela 3 – Distribuição dos subtemas políticos nas notícias de OESP

Jornal/Gênero	Frequência	%	% Acumulado	
Notícias OESP	Jogo político	30	39,0	39,0
	Política econômica	15	19,5	58,5
	Corrupção e investigações	15	19,5	78,0
	Normas institucionais	6	7,8	85,8
	Política internacional	4	5,2	91,0
	Avaliação de agentes e instituições da política	3	3,9	94,9
	Outras políticas públicas	3	3,9	98,8
	Eleições	1	1,2	100,0



Total	77	100,0
-------	----	-------

Fonte: Elaboração própria.

Ao se observar os editoriais, por outro lado, percebe-se menor concentração de temáticas em FSP (ou seja, há maior variação na distribuição de subtemas em tais espaços de opinião), mesmo que esse jornal tenha se voltado prioritariamente, na amostra aqui investigada, para opiniões acerca de “Política econômica” (29%) (Tabela 4).

Tabela 4 – Distribuição dos subtemas políticos nos editoriais de FSP

Jornal/Gênero	Frequência	%	% Acumulado	
Editoriais FSP	Política Econômica	23	29,5	29,5
	Jogo Político	14	17,9	47,4
	Outras Políticas Públicas	12	15,4	62,8
	Normas Institucionais	10	12,8	75,6
	Avaliação de agentes e instituições da política	8	10,3	85,9
	Corrupção e Investigações	6	7,7	93,6
	Eleições	3	3,8	97,4
	Política Internacional	2	2,6	100,0
	Total	78	100,0	

Fonte: Elaboração própria.

Já a Tabela 5 mostra que, das 84 peças editoriais de OESP analisadas, apenas uma não apresentou a temática Política e Estado. O resultado é coerente com a trajetória do periódico, que se concentra em temas políticos e econômicos em seus editoriais (GUERREIRO NETO, 2016; MONT’ALVERNE; MARQUES, 2016). Os principais subtemas no caso da seção opinativa do *Estadão* foram “Jogo político” (35%), “Política econômica” (24%) e “Normas institucionais” (19%), respectivamente.

Tabela 5 – Distribuição dos subtemas políticos nos editoriais de OESP

Jornal/Gênero	Frequência	%	% Acumulado	
Editoriais OESP	Jogo Político	29	34,9	34,9
	Política Econômica	20	24,1	59,0
	Normas Institucionais	16	19,3	78,3

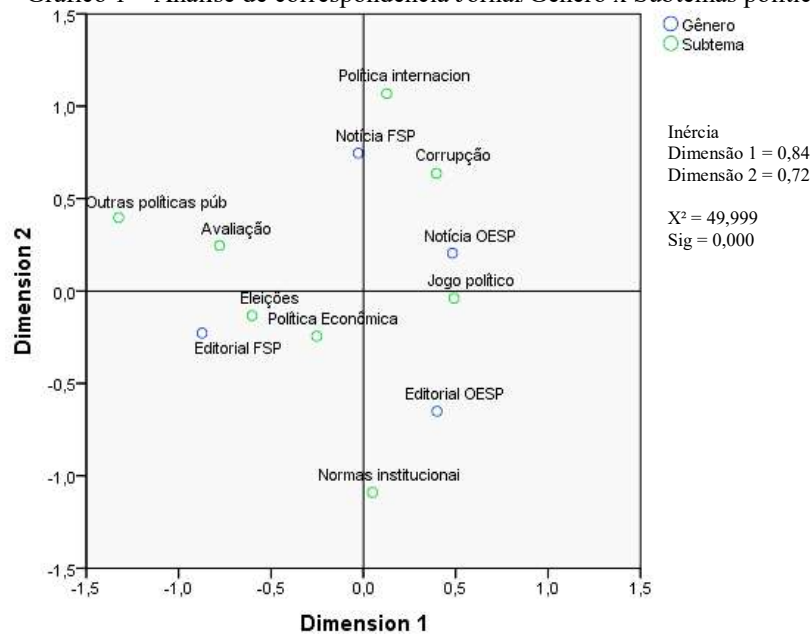


Corrupção e Investigações	11	13,3	91,6
Avaliação de agentes e instituições da política	3	3,6	95,2
Eleições	2	2,4	97,6
Outras Políticas Públicas	1	1,2	98,8
Política Internacional	1	1,2	100,0
Total	83	100,0	

Fonte: Elaboração própria.

Tendo em vista as distribuições apresentadas, e a fim de verificar a sintonia de agenda tanto entre notícias e editoriais em cada jornal, quanto das referidas seções entre eles, utilizou-se uma análise de correspondência. É o que indica o Gráfico 1, cujo objetivo é oferecer uma visão panorâmica da distribuição dessas categorias e das semelhanças e diferenças entre os tipos de material e jornal analisados.

Gráfico 1 – Análise de correspondência Jornal/Gênero x Subtemas políticos



Fonte: Elaboração própria.

Considerando as duas dimensões significativas, ou seja, levando-se em conta as distâncias entre categorias de variáveis nos planos vertical e horizontal (com valores



singulares de 0,269 e 0,290, respectivamente), o teste mostra que OESP possui maior convergência temática entre suas notícias e seus editoriais, uma vez que os dois gêneros cobrem de maneira predominante os subtemas “Jogo político” e “Corrupção”. Ademais, ao se observar a Dimensão 2, as notícias desse jornal também tendem a dividir sua cobertura com a subtemática “Avaliação de agentes e instituições da política”.

A FSP, por sua vez, possui menor sintonia entre as agendas noticiosa e editorial, pois, em ambas as dimensões, essas duas seções se mostram conectadas a diferentes temáticas. Desse modo, as notícias de FSP estão mais próximas da apresentação de “Normas institucionais”, casos de “Corrupção”, “Política internacional” e, de forma menos acentuada, “Política econômica”. Já os editoriais da *Folha* estão mais concentrados em comentar “Eleições”, “Avaliação de agentes e instituições da política” e “Política econômica”. O único ponto de convergência entre os dois gêneros textuais (notícia e opinião) no referido jornal é, portanto, a cobertura de “Política econômica”.

Comparando-se os dois periódicos, percebe-se que as notícias de capa da FSP possuem a cobertura mais distinta se comparada aos editoriais da própria FSP e das notícias e editoriais de OESP. As reportagens principais da *Folha* compartilham apenas a agenda de “Corrupção” com as peças de OESP e, conforme apresentado acima, “Política econômica”, se considerados os seus próprios editoriais. Esses editoriais de FSP, aliás, isolam-se dos demais gêneros em ambos periódicos, ficando próximos do perfil de cobertura das notícias de OESP apenas quanto ao compartilhamento da abordagem de “Avaliação de agentes e instituições da política”.

Vale ressaltar a menor atenção, no geral, atribuída à pauta de eleições, uma vez que apenas os editoriais de FSP evidenciaram essa pauta, mesmo que no período selecionado para análise tenham ocorrido eleições municipais. Uma explicação possível para essa falta de visibilidade à referida temática pode ser a concentração dos jornais em uma cobertura de caráter mais nacional. É o que se pode depreender a partir da distribuição da abrangência das notícias e dos editoriais, outro item classificado pelos pesquisadores.

Tabela 6 – Abrangência dos textos analisados

	Frequência	%	% Acumulado
Local/regional	20	6,0	6,0
Nacional	291	86,6	92,6



Internacional	25	7,4	100,0
Total	336	100,0	

Fonte: Elaboração própria.

A seção seguinte apresenta a discussão desses resultados.

4 DISCUSSÃO

As descobertas apontam, de forma objetiva, a existência de diferentes padrões de cobertura em gêneros jornalísticos distintos – sobretudo quando a pauta é concernente à cobertura política.

A Hipótese 1, sustentando haver sintonia entre as agendas das seções noticiosas de FSP e OESP, foi parcialmente comprovada. Existe alguma coincidência de agenda noticiosa entre os dois periódicos, embora ela não se manifeste em todo o material analisado. Quando considerada a análise de frequência, percebe-se que os três subtemas mais recorrentes em FSP e OESP são os mesmos (“Jogo político”, “Corrupção e Investigações” e “Política econômica”). No entanto, a Análise de Correspondência evidencia as diferenças entre tais agendas, uma vez que observa a dinâmica entre todos os pares de categorias das variáveis analisadas (jornal/gênero \times subtema). No caso de OESP, além de “Jogo Político” e “Corrupção”, as notícias também tendem a cobrir “Avaliação de agentes e instituições da política”. No caso da FSP, elas estão mais próximas de “Normas institucionais”, “Corrupção” e “Política internacional”. Estes resultados enfatizam que a agenda noticiosa das empresas guarda diferenças entre si.

Quanto à Hipótese 2, argumentando que existe baixa convergência temática entre notícia e editorial de uma mesma publicação, verificou-se confirmação parcial, já que as instituições jornalísticas estudadas apresentaram padrões distintos: FSP conta com baixa convergência temática entre as duas seções analisadas, conforme esperado; OESP, todavia, tende a apresentar uma forte semelhança entre o que se apresenta como notícia de capa e seu principal editorial diário. A terceira hipótese, que afirmava existir baixa convergência de agendas quando comparados os editoriais das duas publicações, também pode ser comprovada apenas de forma parcial. Ao serem comparados os subtemas dos editoriais dos dois periódicos, testemunha-se uma baixa convergência de agendas. Ao se



averiguar a agenda noticiosa dos jornais, todavia, percebe-se que essa baixa convergência ocorre apenas internamente na FSP, pois OESP apresenta notícias de capa e editoriais alinhados quanto à temática abordada. Se for levado em conta o tema geral, ambos os jornais seguem a mesma agenda, priorizando “Política e Estado” em seus textos e, ao observar que os editoriais investem um pouco mais que nas notícias, no caso de FSP, e quase que exclusivamente, no caso de OESP, nesse tema em seus editoriais, a Hipótese 4 é confirmada. Ela postula que tanto a FSP quanto OESP conferem maior saliência à agenda de temas políticos em seus editoriais do que em sua seção noticiosa. A disparidade é verificada, conforme apontado acima, na observação dos subtemas.

Algo que se deve ressaltar é o fato de haver melhor distribuição de subtemas entre os editoriais que entre as notícias – fenômeno que ocorre nos dois jornais. Ou seja, os editoriais são mais plurais nas agendas abordadas. Tal resultado vai de encontro ao que postula Eilders (1999), cujos achados sugeriram uma menor variedade temática dos textos opinativos.

A autora citada, entretanto, colabora para a interpretação do que significa a baixa convergência temática entre notícias e editoriais na *Folha* e a substancial semelhança entre as agendas noticiosa e editorial no *Estadão*, quando verificados os subtemas. De acordo com Eilders, a sincronia entre os dois gêneros dentro de um mesmo jornal (como ocorre em OESP) pode indicar desprezo pelo princípio jornalístico que demanda a separação entre notícia e opinião – isto é, poderia haver uma “contaminação” da direção do jornal no que se refere ao conteúdo noticioso. Tal postura permite refletir sobre o papel político das instituições jornalísticas – não necessariamente enquanto organização partidária, mas na condição de agente guiado por determinadas crenças e valores morais, conforme aponta Azevedo (2006).

A identificação da convergência interna de agendas no jornal OESP não permite, porém, que se diagnostique uma direcionalidade⁴. A influência, caso exista, pode partir tanto dos editoriais para as notícias – caso em que a atuação do jornal como ator político poderia ser mais facilmente diagnosticada –, quanto das notícias para os editoriais – situação que encontra justificativa externa ao campo do Jornalismo (os fatos é que demandariam os comentários editoriais) (OROSA; GARCÍA; SANTORUM, 2013). Um possível caminho metodológico para esse teste seria a análise não mais da *agenda*, como

⁴ Preferiu-se utilizar o termo “direcionalidade” tendo em vista que ele representa direções de um vetor, enquanto “direcionamento” implicaria influência ou “contágio”.



aqui realizada, e sim do *agendamento* interno e externo – a partir de análise cronológica das publicações.

Já a divergência de agendas entre seção noticiosa e editorial no caso da FSP também merece atenção. Talvez os direcionamentos distintos entre as seções internas do referido periódico indiquem mais do que uma preocupação em separar espaços informativos daqueles opinativos. Ao fugir de um tema “quente” e publicar editorial sobre assunto sem vínculo direto com o que é tratado na reportagem de capa, as possíveis explicações para a postura podem ser (1) pautar outras temáticas que os editores julgam importantes e/ou (2) escapar da necessidade de posicionar-se acerca de tema incômodo para a publicação, utilizando tal espaço para ficar “em cima do muro”. Estas são especulações pertinentes porque permitem apontar não apenas de que forma os jornais exercem influência política ao construir a imagem de agentes representativos, mas ao negociarem suas próprias imagens públicas com uma audiência interessada em conhecer como se comportam aquelas instituições que lhes oferecem um cardápio informacional diário.

Ainda em relação aos leitores dos periódicos, os dados demonstram que as empresas procuram alcançar abrangência nacional. Privilegiar questões nacionais nas reportagens de capa e nos editoriais não significa, necessariamente, que FSP e OESP não cubram temáticas locais. Na medida, porém, que os principais textos da seção noticiosa e opinativa tratam, recorrentemente, de assuntos de interesse nacional, percebe-se a estratégia dos jornais em tentarem dialogar com uma audiência que não está restrita ao estado de São Paulo.

Há mais uma distinção entre FSP e OESP que merece atenção: embora a agenda noticiosa de ambos guarde similaridades (os três subtemas mais mencionados são os mesmos, por exemplo), há diferenças de ênfase mais claras entre os editoriais. Se “Política econômica” e “Jogo político” são os subtemas mais acionados pelos editoriais dos periódicos, a distribuição das frequências dos outros aponta prioridades distintas das agendas das empresas. OESP se mostra mais preocupado com “Normas institucionais” que o concorrente. Enquanto isso, a FSP dedica consideravelmente mais textos que OESP para discutir “Outras políticas públicas”. Apesar de existir certo grau de semelhança entre as agendas editoriais dos dois jornais (o que indica a existência de critérios a serem preenchidos pelos acontecimentos a fim de que sejam considerados “editorializáveis”, implicando que a seleção dos assuntos a serem abordados não é



completamente livre), os resultados apontam a possibilidade de que as empresas escolham as temáticas que serão tratadas em tais textos. Tal processo de triagem, por sua vez, sofre a influência de fatores de ordem diversas, como os interesses políticos e econômicos do periódico, as questões que se apresentam como relevantes e as expectativas da audiência em direção à empresa.

Diagnosticar as discrepâncias – seja entre os jornais, seja internamente, como no caso da FSP – permite tecer comentários sobre a heterogeneidade do próprio campo jornalístico. Mesmo quando se comparam veículos similares em muitos aspectos (como circulação, relevância na esfera pública nacional, estrutura empresarial, para citar alguns), há diferenças significativas nas escolhas editoriais que impedem que se generalizem certos diagnósticos.

5 CONCLUSÕES

O objetivo do artigo foi identificar se, e em que medida, há sintonia entre as agendas das seções noticiosa e opinativa de dois jornais brasileiros: *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo*. Verificou-se o grau de semelhança temática tanto internamente a cada instituição jornalística (se notícias e opiniões convergem ou divergem), quanto entre os dois jornais.

Ademais, a contribuição deste artigo se mostra relevante pelos seguintes motivos: 1) permite compreender as relações entre notícia e opinião na cobertura jornalística de acontecimentos do campo político (internamente a dois importantes jornais e comparativamente entre eles); 2) configura-se como oportunidade para debater a separação (reivindicada, pelo menos em princípio) das dimensões informativas e editoriais como estratégia básica de legitimação do Jornalismo comercial (TUCHMAN, 1972, 1978); 3) incita o aprofundamento das investigações sobre “enquadramento” ou “agendamento de segundo nível” (MCCOMBS *et al.*, 2000), visto que a classificação permitiu diagnosticar semelhantes agendas, mas direcionamentos distintos, quando observados os subtemas; 4) contribui para a literatura da área de Comunicação & Política e de Teorias do Jornalismo, uma vez que, ao analisar o grau de sintonia temática mantido entre as agendas políticas de reportagens e editoriais, abre espaço para uma reflexão mais aprofundada sobre critérios de noticiabilidade e critérios de editorialidade que cada jornal utiliza; e, por último, 5) problematiza o fato de que, em determinadas sociedades, a baixa



pluralidade do sistema constitui um problema relevante, visto que a alta semelhança entre agendas internas e externas a cada periódico pode representar o reforço de certos temas ou visões de mundo em detrimento de outros que também poderiam ser associados ao interesse público.

Desdobramentos desta pesquisa, já em desenvolvimento, devem ampliar o *corpus* analisado – seja na dimensão temporal, seja na inclusão de outros veículos –, possibilitando estudos longitudinais. Tais estudos permitiriam superar limitações quanto à amostra selecionada para este artigo ou a vieses propiciados em decorrência do período ao qual ela pertence. Tenciona-se, também, refletir sobre a conjuntura político-institucional na qual se deu a cobertura analisada, uma vez que a ação política dos jornais também pode ser mais bem compreendida quando contextualizada.

REFERÊNCIAS

- ALEXANDER, J. The mass media in systemic, historical, and comparative perspective. In: ALEXANDER, J. **Action and its environment: toward a new synthesis**. New York: Columbia University Press, 1988. p. 107-152.
- ABREU, A. A. DE. O Estado de S. Paulo: tradição e modernização. In: ABREU, A. A. DE; LATTMAN-WELTMAN, F.; ROCHA, D. (Eds.). **Eles mudaram a imprensa: Depoimentos ao CPDOC**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003. p. 287–292.
- ALVES FILHO, F. A Autoria Institucional Nos Editoriais De Jornais. **Alfa**, v. 50, n. 1, p. 77–89, 2006.
- AZEVEDO, Fernando Antônio. Mídia e democracia no Brasil: relações entre o sistema de mídia e o sistema político. **Opinião Pública**, v. 12, n. 1. 2006. p. 88-113.
- AZEVEDO, F. **A GRANDE IMPRENSA BRASILEIRA: Paralelismo Político e Antipetismo (1989-2014)**. [s.l.] Universidade Federal de São Carlos, 2016.
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.
- DE BARROS FILHO, Clóvis. **Ética na comunicação**. Grupo Editorial Summus, 2003.
- BECKERS, K. et al. Are newspapers' news stories becoming more alike? Media content diversity in Belgium, 1983–2013. **Journalism**, 2017.
- BELTRÃO, L. **Jornalismo opinativo**. Porto Alegre: Sulina, 1980.
- BOYDSTUN, A. E. **Making the news: Politics, the media and agenda-setting**. Chicago: The University of Chicago Press, 2013.
- BUCCI, E. **Sobre ética e imprensa**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- CAVALCANTE, R. B.; CALIXTO, P.; PINHEIRO, M. M. K. Análise de conteúdo: considerações gerais, relações com a pergunta de pesquisa, possibilidades e limitações do método. **Informação & Sociedade: Estudos**, v. 24, n. 1, p. 13–18, 2014.
- CERVI, E. U. Padrão de qualidade e critérios de noticiabilidade: explicações normativas e efeitos das notícias. **Libero**, v. X, n. 19, p. 61–72, 2006.
- CERVI, E. U.; MASSUCHIN, M. G.; TAVARES, C. Q. Agenda da mídia, dos políticos e do público na campanha eleitoral de 2010. **Revista Debates**, v. 6, n. 1, p. 237–261, 2012.



- COOK, T. E. **Governing with the news**. Chicago: The University of Chicago Press, 2005.
- DALTON, Russell J.; BECK, Paul Allen; HUCKFELDT, Robert; KOETZLE, William. A Test of Media-Centered Agenda Setting: Newspaper Content and Public Interests in a Presidential Election. **Political Communication**, n. 15, 1998. p. 463–481.
- EILDERS, C. Synchronization of Issue Agendas in News and Editorials of the Prestige Press in Germany. **The International Journal of Communications Research**, v. 24, n. 3, p. 301–328, 1999.
- ESPINOSA, P. M. Géneros para la persuasión en prensa: los editoriales del diario El País. **Ámbitos**, n. 10, p. 225–238, 2003.
- FONTCUBERTA, M. DE. **La noticia: Pistas para percibir el mundo**. Barcelona: Paidós, 1993.
- GADINI, S. L. Em busca de uma teoria construcionista do jornalismo contemporâneo: a notícia entre uma forma singular de conhecimento e um mecanismo de construção social da realidade. **Famecos**, n. 33, p. 79–88, 2007.
- GALTUNG, J.; RUGE, M. H. A estrutura do noticiário estrangeiro. In: TRAQUINA, N. (Ed.). **Jornalismo: Questões, Teorias e “Estórias”**. Lisboa: Vega, 1999. p. 61–73.
- GOMIS, L. **Teoria del periodismo: Cómo se forma el presente**. [s.l.: s.n.].
- GRABER, D. A. **Mass Media and American Politics**. 6th ed. Washington, Congressional Quarterly Press, 2002.
- GRADIM, A. **Manual de jornalismo**. Covilhã: Serviços gráficos da Universidade da Beira Interior, 2000.
- GUERREIRO NETO, G. Da opinião à identidade: características do editorial em dois jornais brasileiros. **Sobre Jornalismo**, v. 5, n. 2, p. 92–105, 2016.
- HALLOCK, S. M. **Editorial and Opinion**. Praeger: Westport, 2007.
- HARCUP, T.; O’NEILL, D. What Is News? Galtung and Ruge revisited. **Journalism Studies**, v. 2, n. 2, p. 261–280, 2010.
- HARTLEY, John. Narrative, Political. In: MAZZOLENI, G. (Ed.). **The International Encyclopedia of Political Communication**. [s.l.] John Wiley & Sons, 2015.
- JOBIM, D. **Espírito do Jornalismo**. São Paulo: Edusp, 1992.
- KERRICK, J. S.; ANDERSON, T. E.; SWALES, L. B. Balance and the writer's attitude in news stories and editorials. **Journalism Quarterly**, v. 41, n. 2, p. 207-215, 1964.
- KRIPPENDORFF, K. **Content Analysis: An Introduction to Its Methodology**. London: Sage Publications, 2004. v. 79
- LACY, S. et al. Issues and Best Practices in Content Analysis. **Journalism & Mass Communication Quarterly**, v. 92, n. 4, p. 791–811, 2015.
- MAIA, K. B. F.; AGNEZ, L. F. O agenda-setting no Brasil: contradições entre o sucesso e os limites epistemológicos. **E-Compós**, v. 13, n. 3, p. 1–16, 2010.
- MARQUES, F.P.J.A.; MIOLA, E. Deliberação mediada: Uma tipologia das funções dos media para a formação do debate público. **Estudos em Comunicação**, Portugal, n. 7, p. 1-28.
- McCOMBS, M. **A Teoria da Agenda: a mídia e a opinião pública**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.
- McCOMBS, M. The agenda-setting role of the mass media in the shaping of public opinion. In: **Mass Media Economics 2002**. Conference, London School of Economics: <http://sticerd.lse.ac.uk/dps/extra/McCombs.pdf>. 2002.
- McCOMBS, M.; LOPEZ-ESCOBAR, E.; LLAMAS, J. P. Setting the agenda of attributes in the 1996 Spanish general election. **Journal of Communication**, v. 50, n. 2, p. 77-92, 2000.



- McCOMBS, M.; SHAW, D. The agenda-setting function of mass media. **Public opinion quarterly**, v. 36, n. 2, p. 176-187, 1972.
- MELO, J. M. DE. **A opinião no jornalismo brasileiro**. Petrópolis NV - 166: Vozes, 1985.
- MONT'ALVERNE, C.; MARQUES, F. P. J. A PAUTA DO DIA: Um estudo sobre o agendamento do Congresso Nacional brasileiro nos editoriais da Folha de S. Paulo e de O Estado de S. Paulo. **Brazilian Journalism Research**, v. 12, n. 2, p. 120-147, 2016.
- MORAES, C. H. DE. Parcialidade alardeada: notas sobre a importância da opinião no jornalismo. **Anais do XI Colóquio da Celacom**, p. 9, 2007.
- MOTTA, L. G. **Análise crítica da narrativa**. Brasília: Editora UnB, 2013.
- OROSA, B. G.; GARCÍA, X. L.; SANTORUM, S. G. Análisis de la adaptación a la red en los editoriales on line de cinco países europeos. **Revista Latina de Comunicación Social**, v. 68, p. 408-501, 2013.
- PAGE, B. I. The mass media as political actors. **PS: Political Science and Politics**, v. 29, n. 1, p. 20-24, 1996.
- PETERSON, S. International news selection by the elite press: A case study. **Public Opinion Quarterly**, v. 45, n. 2, p. 143-163, 1981.
- PRESTON, P. News Values. In: MAZZOLENI, G. (Ed.). **The International Encyclopedia of Political Communication**. [s.l.] John Wiley & Sons, 2015. p. 1-6.
- PULITI, P. O noticiário econômico e as políticas públicas de cunho social: sem diálogo. **Estudos em Jornalismo e Mídia**, v. 7, n. 2, p. 249-259, 2010.
- REESE, S. Setting the media's agenda: A power balance perspective. **Communication Yearbook**, v. 14, p. 309-340, 1991.
- ROSSI, Clóvis. **O que é jornalismo**. São Paulo: Brasiliense, 2000.
- SCHEUFELE, D. A. Agenda- setting, priming, and framing revisited: another look at cognitive effects of political communication. **Mass Communication and Society**, v. 3, n. 2&3, 2000. p. 297-316.
- SCHLESINGER, P. Os jornalistas e a sua máquina do tempo. In: TRAQUINA, N. (Ed.). **Jornalismo: Questões, Teorias e "Estórias"**. Lisboa: Vega, 1999. p. 177-190.
- SEVENANS, J.; WALGRAVE, S.; EPPING, G. J. How Political Elites Process Information From the News : The Cognitive Mechanisms Behind Behavioral Political Agenda-Setting Effects How Political Elites Process Information From the News : The Cognitive Mechanisms Behind Behavioral Political Agenda-Setti. **Political Communication**, v. 33, n. 4, p. 605-627, 2016.
- SHABIR, G. *et al.* A Comparative Analysis of the Editorials of The Nation and The News": The Case Study of Pak- India Relations Issues (2008- 2010). **Journal of Political Studies**, Londres, n. 25, 2014.
- SHAW, E. F. Agenda-Setting and Mass Communication Theory. **International Communication Gazette**, v. 25, n. 2, p. 96-105, 1979.
- SHEHATA, A., & STRÖMBÄCK, J. Not (yet) a new era of minimal effects: A study of agenda-setting at the aggregate and individual levels. **The International Journal of Press/Politics**, v. 18, n. 2, p. 234-255, 2013.
- TEDESCO, J. C. Issue and strategy agenda setting in the 2004 presidential election: Exploring the candidate-journalist relationship. **Journalism Studies**, v. 6, n. 2, p. 187-201, 2005.
- TRAQUINA, N. **Teorias do Jornalismo - Por que as notícias são como são**. Florianópolis: Insular, 2005. v. 1
- TUCHMAN, G. Objectivity as Strategic Ritual: An Examination of Newsmen's Notions of Objectivity. **The American Journal of Sociology**, v. 77, n. 4, p. 660-679, 1972.



- TUCHMAN, G. Making News by Doing Work: Routinizing the Unexpected. **American Journal of Sociology**, v. 79, n. 1, p. 110–131, 1973.
- TUCHMAN, G. **Making news: A study in the Construction of Reality**. [s.l.] Free Press, 1978.
- VAN AELST, P. et al. Mediatization and Political Agenda-Setting: Changing Issue Priorities? In: ESSER, F.; STRÖMBÄCK, J. (Eds.). . **Mediatization of politics: Understanding the Transformation of Western Democracies**. New York: Palgrave Macmillan, 2014. p. 200–220.
- VAN DIJK, T. A. How Globo media manipulated the impeachment of Brazilian President Dilma Rousseff. **Discourse & Communication**, v. 11, n. 2, p. 199–229, 2017.
- WEAVER, D. H. Agenda-Setting. In: MAZZOLENI, G. (Ed.). **The International Encyclopedia of Political Communication**. [s.l.] John Wiley & Sons, 2015. p. 1–9.
- WEAVER, D. H.; MCCOMBS, M. E.; SPELLMAN, C. O Caso Watergate e os media. In: TRAQUINA, N. (Ed.). . **O poder do Jornalismo. Análise e textos da Teoria do Agendamento**. Coimbra: Minerva Editora, 2000. p. 77–95.
- WOLF, M. **Teorias da comunicação**. Lisboa: Editorial Presença, 2002.
- WU, H. Denis; GUO, Lei. Beyond Salience transmission: Linking agenda networks between media and voters. **Communication Research**. Mar. 2017. p. 1–24.